



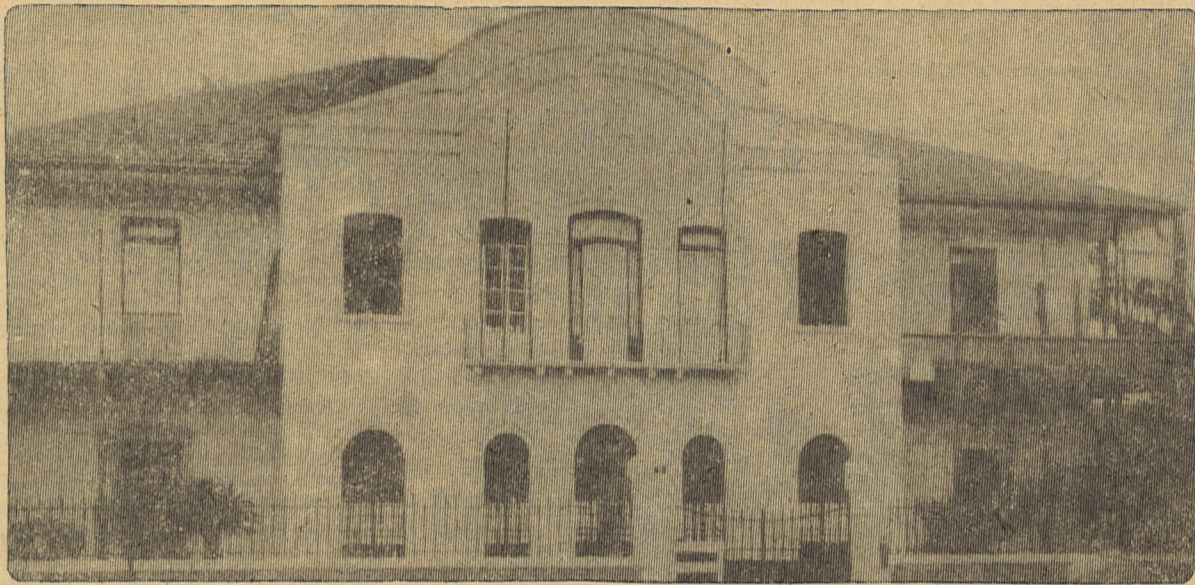
NÔ PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3727/3728 — BISSAU

O IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES GUINÉ-BISSAU — PORTUGAL

[...] «Após mais de um ano de negociações encontram-se ainda por resolver diversos problemas que poderiam ter já encontrado solução, o que acarreta evidentes prejuízos para o nosso país que, luta com dificuldades resultantes de um passado de exploração e de guerra de que Portugal foi o único responsável».



A questão do «Banco Nacional Ultramarino» não poderá arrastar-se por muito tempo

COMUNICADO DO CONSELHO DE COMISSÁRIOS DE ESTADO:

O GOVERNO AGIRÁ NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS LEGÍTIMOS INTERESSES DO NOSSO POVO

* A QUESTÃO DO BANCO NÃO PODERÁ ARRASTAR-SE POR MUITO TEMPO

O Conselho dos Comissários de Estado distribuiu ontem o seguinte comunicado:

COMUNICADO

Na sua reunião de 23 de Janeiro, o Conselho dos Comissários de Estado ouviu o relatório da delegação governamental da República da Guiné-Bissau que esteve em Lisboa, de 13 a 19 do corrente, em conversações com uma delegação governamental portuguesa, na quarta fase das negociações entre o nosso país e a antiga potência colonial.

Dado o facto de as negociações com o Governo português se arrastarem há mais de um ano e de as mesmas se encontrarem actualmente numa situação de impasse, o Conselho dos Comissários de Estado entende dever tornar público o seguinte:

I — As negociações entre o nosso Governo e o Governo português têm tido como objectivo, por um lado, a resolução das questões económicas e financeiras decorrentes da dominação e exploração de que o nosso povo foi vítima debaixo da administração colonial portuguesa e, por outro lado, o estabelecimento das bases em que devem assentar relações novas, de ami-

zade e cooperação, entre os nossos dois Estados e povos livres e soberanos.

II — De entre essas questões, ressaltam, como de primordial importância, as ligadas a responsabilidades financeiras que incumbem a Portugal, contraídas no quadro da realização de uma política colonial retrógrada e caracterizadamente opressiva e

repressiva de que o nosso povo foi vítima durante séculos.

III — As divergências surgidas no decurso das negociações dizem respeito, fundamentalmente, às seguintes questões:

1. BANCO NACIONAL ULTRAMARINO (B.N.U.)

a) — O nosso Governo entende não dever aceitar deter-

minados créditos concedidos pelo B.N.U. a certas empresas privadas que não oferecem garantias de solvabilidade e que deles beneficiaram no quadro de uma política de crédito para defesa de interesses colonialistas;

b) — O Governo da República da Guiné-Bissau entende ser seu dever proteger os interesses

(Continua na Pág.ª 3)

AGOSTINHO NETO

A LUIZ CABRAL

«Estamos confiantes na vitória comum num futuro breve»

O camarada Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, enviou ao camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado, o seguinte telegrama:

«Durante a sessão extraordinária da Conferência dos Chefes e do Governo da OUA, reunida em Addis-Abeba, a delegação da República da Guiné-Bissau desempenhou um papel determinante na batalha diplomática pela admissão e reconhecimento da República Popular de Angola no seio da OUA. A cojunção do vosso esforço com os de outras delegações, foi mais uma demonstração da firmeza e determinação na defesa da causa do povo angolano na luta contra a invasão e agressão Sul-africana e zairense e pela nossa luta comum pela libertação total do nosso continente do imperialismo e neo-colonialismo».

«Esta acção conjunta é testemunho do engajamento firme e solidariedade militante que permitiram desmascarar as manobras das potências imperialistas».

«Em nome do povo angolano, do Governo da República Popular de Angola e em meu nome pessoal, exprimimos os nossos profundos agradecimentos. Estamos confiantes na nossa vitória comum num futuro breve».

O «NÔ PINTCHA» NA ILHA DE COMO

A AGRICULTURA EM TOMBALI NA HORA DA RECONSTRUÇÃO

O Comissariado de Estado da Agricultura está a dirigir os trabalhos de recuperação de bolanhas em vários pontos do País. Essas bolanhas foram, durante a guerra, nuns casos destruídas pelos bombardeamentos, noutros abandonadas pelas populações e noutros, ainda, invadidas e danificadas pelas águas do mar. Esta última situação é característica da Região de Tombali e particularmente da ilha de Como. Uma brigada do Comissariado da Agricultura deslocou-se ali recentemente para estudar com as populações as pos-

sibilidades de iniciar imediatamente as obras de recuperação de hectares e hectares de terreno onde o arroz outrora cresceu e que hoje se encontram votadas ao abandono. Esta operação inclui, numa primeira fase, a vedação de inúmeros braços de mar que invadem a ilha pelo Sul, e na segunda fase, a reconstrução da barragem do rio Uncómene, destruída pela aviação portuguesa. Uma equipa de reportagem do «Nô Pintcha» acompanhou os técnicos da agricultura e pode testemunhar o entusiasmo com que a população aderiu à ideia de re-

ver as suas bolanhas sacrificadas pela guerra.

Dentro de poucos anos, a produção agrícola da Região de Tombali poderá voltar a atingir o volume de antes da guerra. Para isso, muito conta o clima de paz que se respira agora na região mais sacrificada pelo desespero raivosos dos colonialistas. Mas muito conta, igualmente, a certeza, que dia a dia ganha raízes mais fundas na mente de cada um, de que os frutos serão de quem trabalha, da sua família, da economia do seu país e não colhidos por mãos

estrangeiras ávidas de exploração e de lucro. É desta certeza que nasce o entusiasmo geral.

Em Tombali, esse entusiasmo precisa de ser enorme, porque enormes são as dificuldades a vencer. Não basta que o Estado distribua sementes e que as mãos dos lavradores lancem as sementes à terra para que da terra nasçam plantas capazes de dar fruto. É que a própria terra foi profundamente martirizada pela guerra. «Napalm», bombas, vômitos de fogo cons-

(Continua nas páginas centrais)

Ministro da Educação da Guiné e Cabo Verde numa reunião da UNESCO

De Bissau, seguiram no passado sábado para Lagos, via Dakar, os camaradas Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura da Guiné-Bissau, Carlos Reis, Ministro da Educação de Cabo Verde, Dulce Borges, Chefe do Departamento do Ensino Secundário do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, e João Quirino Spencer, Director-Adjunto do Ministério da Educação de Cabo Verde. Na capital nigeriana, irão participar na Conferência dos Ministros de Educação dos Estados africanos, promovida pela UNESCO.

No aeroporto, receberam cumprimentos de despedida dos camaradas Domingos Brito, membro do CSL do Partido e Secretário-Geral do Comissariado da Educação Nacional e Cultura, e vários outros altos funcionários daquele Comissariado.

Sindicalistas da R.D.A. terminaram visita

O povo dá provas da mesma coragem e entusiasmo do tempo da Luta Armada de Libertação

Deixou na passada quinta-feira o nosso país, a delegação do Comité da Confederação dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã, que visitou o nosso país durante uma semana.

No final da visita, foi publicado o seguinte comunicado conjunto: «A convite do Comité Executivo Nacional da União dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, UNTG, uma delegação do Comité da Confederação Nacional dos Sindicatos Livres alemães, permaneceu na República da Guiné-Bissau de 14 a 22 de Janeiro de 1976».

«A delegação da FDGB, dirigida pelo camarada Rudi Focke, membro do Comité da Confederação Nacional, foi recebida pelo Secretário-Geral da UNTG, camarada Pascoal Alves, com quem teve conversações.»

«Durante os encontros com a direcção da UNTG, continua o comunicado, os dois lados sublinharam a necessidade de reforçar a luta comum contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo. Reafirmaram em particular a sua solidariedade com os combatentes do MPLA que defendem uma luta heróica

determinada a liberdade do povo angolano, contra a agressão imperialistas».

«Os dois lados exigem o cessar imediato da intervenção imperialista em Angola. Pronunciam-se pela abolição total da opressão colonial e racista em África e declararam a sua solidariedade com os trabalhadores e os povos da África do Sul, da Namíbia e de Zimbábue».

«Os dois lados sublinharam a sua solidariedade com a justa luta dos povos do Vietnam, do Chile e dos povos árabes. A direcção da UNTG informou a delegação da FDGB sobre os esforços dos trabalhadores e do povo da Guiné-Bissau na indústria, na agricultura e na preparação do terceiro Congresso do PAIGC. A delegação da FDGB felicitou a direcção da UNTG pelos resultados evidentes obtidos pelo povo da República da Guiné-Bissau sob a direcção do PAIGC pouco tempo após à libertação. Durante as visitas às empresas industriais e nas regiões agrícolas, a delegação pôde constatar que o povo da República da Guiné-Bissau dá provas da mesma coragem e do mesmo entusiasmo

do tempo da luta de libertação nacional, para cumprir agora as tarefas complexas nos domínios económico e social».

«A delegação da FDGB forneceu informações sobre as tarefas da Confederação e dos trabalhadores da RDA na preparação do nono Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED) e das modalidades em que a FDGB organiza a iniciativa de massa aos seus oito milhões de aderentes no processo da edificação do socialismo».

«A delegação da FDGB, agradeceu a direcção da UNTG de lhe ter dado a possibilidade de se familiarizar as fábricas industriais de Bissau, assim como nas regiões agrícolas de Morés, Farim e de Mansôa, com a vida dos trabalhadores da República da Guiné-Bissau. A delegação pôde ver a maneira em que a política do PAIGC serve inteiramente os interesses do povo, é realizada em todos os domínios da vida social. A delegação assegurou à UNTG que a FDGB aprovará também no futuro a luta dos trabalhadores da Guiné-Bissau com toda a sua solidariedade».

«Concluindo as conversações que tiveram lugar num ambiente de fraternidade e de sinceridade, termina o comunicado, foram tomadas medidas para promover uma maior cooperação ulterior. As duas delegações discutiram as possibilidades e medidas de apoio imediato de solidariedade de FDGB ao sindicato da República da Guiné-Bissau. A delegação da FDGB, convidou uma delegação da UNTG a deslocar-se este ano à República Alemã.»

Do nosso lado, foi assinado pelo camarada Pascoal Alves, Secretário-Geral da UNTG e do lado da República Democrática Alemã pelo camarada Rudi Focke, Chefe da referida delegação.

Dois autocarros para a Escola Vitorino Costa

O camarada Domingos Brito, membro do CSL do Partido e Secretário-Geral do Comissariado da Educação entregou à Escola de Brá, em nome do Comissariado, dois autocarros «Mercedes Benz», de 24 lugares.

Os autocarros destinam-se ao transporte dos alunos entre Bissau e a Escola Técnica Vitorino Costa, pelo que deverão estar reunidas condições para um melhor aproveitamento escolar dos 350 alunos. Também deverão estar afastados os perigos resultantes do transporte em camião, com péssimas condições de segurança, tal como tinha sido praticado até aqui, na expectativa da chegada dos autocarros.

Assistiram à breve cerimónia, além de muitos alunos, o director da Escola, camarada Aguinaldo Embaló, vários professores e cooperantes e funcionários do Comissariado da Educação Nacional e Cultura.

RESPONDE O POVO

CONCORDA COM O PREÇO DO VINHO?

Encontra-se à venda uma partida de vinho adquirida em Portugal a um preço um pouco superior ao habitual. Para além de proporcionar aos consumidores o retomar de um hábito de sofreu várias quebras por ausência de vinho no mercado, esta venda encontra quem a critique dado o preço fixado pelos Armazéns do Povo.

Não se trata, no entanto, de um produto de primeira necessidade, o que não nos impediu de perguntar aos consumidores se concordam com o preço actual do vinho.

AGOSTINHO GOMES
(Impressor Mecânico)

«Toda a gente sabe que nós não temos nenhuma fábrica de vinho no nosso país. Mas eu, como militante do Partido, tenho a obrigação de dar a minha opinião pessoal. Acho que o preço do vinho a litro está muito alto. Acho que devia ser explicada o «porquê» desse aumento. O vinho realmente é uma bebida alcoólica que, no fundo, serve de remédio aos homens. Muitas vezes uma pessoa vai à consulta e o médico receita-lhe uma certa quanti-

dade de vinho, porque certas doenças contagiosas podem ser evitadas através dele.

«Quero aproveitar este momento para acrescentar só uma coisa. Há comerciantes privados que compram vinho nos Armazéns do Povo ou na Casa Carlos Gomes e vão guardar uma certa quantidade para ser vendido depois quando se verificar a falta de vinho. Isso é um açambarcamento. Deve haver fiscais para impedir tais coisas. As mulheres além de esconderem o vinho para o momento oportuno, só o vendem se o interessado comprar também um pratinho de canja ou bafatório (postas de peixe com malagueta e limão etc.). Ainda por cima misturam vinho com água para terem mais lucro. Logo, se uma pessoa precisar de vinho para as refeições, por exemplo, é obrigado a buscar mais 10\$00 do pratinho para poder achar vinho».

LUIZ DA SILVA
(Marinheiro)

«Antes de falar do vinho, quero referir que condeno veemente o consumo público do «grogue». É uma vergo-

nha ver homens de responsabilidades familiares em mau estado nas ruas. Embriagados. E não é só isso. Essa aguardente (autêntico álcool), estraga a saúde de um homem. Eu sugeria que, se não há hipóteses de eliminar esta bebida na nossa sociedade, então, cabe aos Armazéns do Povo, estabelecer o limite da sua venda por cada indivíduo».

«O vinho, no entanto, é como que um uso e costume em todo o mundo. Acho que o preço não está mau, na medida em que vem de fora. Se fizermos a comparação deste com a cana, vemos que o vinho não pode acabar. O certo é que as pessoas não devem usá-lo como água de matar a sede».

BOAVENTURA B. SOARES
(Pintor)

«Quanto à subida do vinho para 30\$00 o litro, não é muito caro na medida em que o nosso Estado é que manda vir esse produto do estrangeiro e, ele é que sabe o preço a que deve fixá-lo, conforme vantagens e desvantagens que se lhe impuseram na sua obtenção. É preciso saber ver as coisas».

NÔ PINTCHA

Orgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo

Trissemanário Nacional de Informação

Sal às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2\$50

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração e Publicidade: 3720

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400\$00
6 meses 250\$00

Outros Países Africanos e Portugal

1 ano 500\$00
6 meses 300\$00

Serviços de Distribuição e Vendas do «NÔ PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «HIGIENE» — Rua António N'Bana, telefone 2520.

AMANHA — «MODERNA» — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:
Banco — 2866/2867
Bombeiros — 2222

Polícia:
1.ª Esquadra — 3333
2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600
Radiodifusão Nacional — 2430
Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)
TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:
Água e Electricidade — 2411
(das 7 às 17 horas)
Assistência à rede eléctrica — 2414

(das 16 às 24 horas)
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

HOJE — As 18,30 horas — «O PIRATA VERMELHO» — m/10 anos e às 20,45 horas «OLÍMPIADA NO MEXICO» — m/6 anos.

AMANHA — As 20,45 horas — «OLÍMPIADA NO MEXICO» — m/6 anos.

ARISTIDES PEREIRA E PEDRO PIRES REÜNEM-SE COM A DELEGAÇÃO DIRIGIDA POR CHICO TÉ

O camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde recebeu em audiência o camarada Francisco Mendes, membro do Secretariado Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado da Guiné-Bissau.

Esta audiência marcou o início dos trabalhos da delegação do nosso Estado no país irmão, que é chefiada pelo camarada Chico Té, e abrange ainda os camaradas Comissários de Estado Samba Lamine Mané e Filinto Vaz Martins, respectivamente, da Agricultura e da Indústria, Energia e Hidráulica.

Ainda nessa noite, a delegação do nosso Estado reuniu com a delegação governamental de

Cabo Verde às conversações e que é dirigida pelo camarada Pedro Pires, membro do CEL do Partido e Primeiro-Ministro do Governo caboverdiano.

O camarada Chico Té deslocou-se posteriormente a localidades do arquipélago, nomeadamente a São Jorge dos Órgãos, onde visitou o posto Agro-Pecuário, a Santa Catarina, à Serra da Malagueta e à Achada-Falcão onde se demorou em visita à casa onde o camarada Amílcar Cabral passou a sua juventude.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA TRATADA POR SAMBA LAMINE

No quadro desta visita ministerial da Guiné-Bissau a Cabo

Verde, há a assinalar, também, uma reunião de trabalho entre os camaradas Samba Lamine Mané, Ministro da Agricultura do nosso país e Sérgio Centeio, Ministro da Agricultura e Águas da República irmã de Cabo Verde.

Foram tratados assuntos relativos à cooperação agrícola entre os dois países. Participaram na reunião os camaradas Luís Cândido, Director dos Serviços de Estatística do Comissariado da Agricultura e os engenheiros António Simas Vera Cruz e Miguel António Lima, do correspondente ministério caboverdiano.

Os camaradas Samba Lamine Mané e Luís Cândido visitaram no dia 24 a vila do Tarrafal.

O PAÍS

Comunicado do Conselho dos Comissários de Estado A QUESTÃO DO BANCO NÃO PODE ARRASTAR-SE

(Continuação da 1.ª pág.)

dos trabalhadores do B.N.U. que pretendem permanecer, como nacionais, no país, ao serviço do Banco Nacional da Guiné-Bissau (B.N.G.), e que exigem do B.N.U. uma justa compensação pelo tempo de serviço que lealmente prestaram àquela entidade.

2. BANCO DE FOMENTO NACIONAL

O Governo da República da Guiné-Bissau não aceita a pretensão do Governo português de lhe endossar a responsabilidade pelo reembolso do capital e pelo pagamento dos juros de empréstimos concedidos por este Banco ao antigo Governo da província portuguesa da Guiné e a outras entidades públicas

e particulares.

3. DÍVIDA PÚBLICA

O Governo da República da Guiné-Bissau considera que a pretensão do Governo português de fazer transferir para a República da Guiné-Bissau a dívida pública da antiga província portuguesa da Guiné, no montante de 1 621 720 371 \$23, decorre de uma política tendente a fazer pagar ao nosso povo o preço da opressão e da guerra de que foi vítima debaixo da dominação colonial portuguesa, e denota, da parte do Governo português, o propósito de fugir à responsabilidades que Portugal historicamente contraiu face aos povos das suas antigas colónias.

4. QUESTÕES RELATIVAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O nosso Governo entende ser seu dever proteger os interesses dos seus nacionais que serviram Portugal nos quadros da função pública colonial, como cidadãos portugueses, e que, durante esses longos anos de trabalho leal, ganharam o direito a uma pensão de aposentação, na proporção do tempo de serviço prestado. A pretensão de Portugal de apenas assumir a responsabilidade pelas aposentações dos seus nacionais é imoral, tecnicamente incorrecta, contrariando, além disso, compromissos solenemente assumidos pelas autoridades portuguesas durante o período de retirada das suas tropas. Ela é, pois, absolutamente inaceitável.

IV — Pensando poder forçar o nosso Governo a aceitar a sua posição em relação aos pontos

de divergência, o Governo português tem insistido em que as questões decorrentes do passado colonial devem ser tratadas e solucionadas na sua globalidade. E, em consequência dessa pretensão, após mais de um ano de negociações encontram-se ainda por resolver diversos problemas que poderiam ter já encontrado solução, o que acarreta evidentes prejuízos para o nosso país que, nestes primeiros anos da sua total libertação, luta com dificuldades resultantes de um passado de exploração e de guerra de que Portugal foi o único responsável. Tal atitude do Governo português tem nomeadamente atrasado o exercício pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau do privilégio de emissão, cujos instrumentos continuam ainda detidos pelo Banco Nacional Ultramarino.

Essa situação, que a República da Guiné-Bissau aceitou, por um período transitório — o que se justificou pelo espírito que animou a nossa conduta nas relações com as autoridades portuguesas desde 25 de Abril de 1974 —, não poderá arrastar-se por muito tempo, sem prejuízo da nossa soberania.

V — Reafirmando a sua determinação de tudo fazer para salvaguardar as possibilidades de uma cooperação franca e fraterna com Portugal, o Governo da República da Guiné-Bissau declara que continuará a agir na defesa intransigente dos legítimos interesses do seu povo — que, de resto, não são incompatíveis com os interesses legítimos do povo português —, com vista à rápida liquidação dos problemas do contencioso colonial.

Bissau, 24 de Janeiro de 1976.



Amílcar Cabral

A nossa resistência cultural

«Claro que se compararmos as nossas danças com as danças da Europa, das cidades, etc., vemos que não são nada parecidas, são danças ultra-modernas, mas se compararmos com o folclore, quer dizer, com as artes e costumes de outros povos da Europa Oriental ou então da Ásia ainda mais, encontramos algumas danças muito parecidas com as nossas, camaradas».

«O nosso ponto de vista portanto, é que, na nossa cultura devemos fazer resistência para conservar aquilo que de facto é útil e construtivo, mas na certeza de que, à medida que avançamos, a nossa roupa, a nossa maneira de comer, a nossa maneira de dançar, de cantar, tudo tem que mudar aos poucos, quanto mais a nossa cabeça, o nosso sentido nas relações com a natureza, e até as nossas relações uns com os outros».

«Por exemplo: nós africanos, estamos numa situação tal, que precisamos de segurança porque ainda não dominamos a natureza. Então precisamos daquilo que se chama segurança orgânica. A segurança orgânica é tanto maior, quanto maior for o número de pessoas que estão perto de nós. Se estiver só no mato, fico com medo, mas se estiver com várias pessoas é melhor. Mas essa segurança orgânica tem uma contradição, é que não se confia nem mesmo naqueles que estão na nossa volta. Há tanta necessidade de segurança que sempre se necessita de alguém junto de nós, mas como a segurança não está garantida, a necessidade de segurança é tão grande que se começa a desconfiar daqueles que estão connosco. Então acontece isso no nosso meio, mesmo com uma pessoa em que se tem confiança. Ontem confiávamos nela, mas quando ela vem e nos dá a mão, desconfiamos dessa mão. Dá-se-lhe a mão, mas sempre se desconfia da mão. Há até os que logo a seguir vão lavar as mãos, com receio de alguma coisa má. Desconfia-se até dos olhos. E há gente no nosso meio que se aproveita disso sempre para nos arregalar os olhos. Lembro-me do nosso camarada Luciano, forte, valente, brigão, às vezes, chefe do nosso Lar, no tempo de preparação dos camaradas. Havia um pobre coitado em Conakry, que tinha a mania que era mouro, que andava com os oportunistas daquele tempo. A verdade é que não era boa peça, e o Luciano, tinha um medo grande dele, queria só bater-lhe. Um dia ele foi para os lados do nosso Lar, o Luciano avançava para ele, descompondo-o, etc. O tipo puxou do seu chife, apontou para o Luciano e disse-lhe ah! O Luciano voltou logo para trás com medo do chifre».

«Camaradas, nós rimo-nos disso agora, mas muitos dos camaradas que estão aqui sentados têm medo ainda do chifre. Hoje nós rimo-nos e temos medo, mas temos a certeza de que amanhã na nossa terra, os filhos do nosso povo da Guiné e em Cabo Verde, onde também ainda há muito medo, no mato (não pensem que quando chegam os meninos de S. Vicente com as suas manias ou da Praia que no mato em Cabo Verde, não têm medo também, medo dos mouros. A minha mãe, uma vez que eu adoeci, levou-me ao mouro porque pensava que talvez alguém me tivesse feito mal. Medo de deitar cartas, medo de cabelos. Fazem amuletos com cabelos para se livrarem do mal), dizia que tanto em Cabo Verde como na Guiné, os filhos do nosso povo, amanhã não terão medo de chifres. O chifre é uma coisa que tem grande riqueza em cálcio que cresce na cabeça de certos animais, mais nada camaradas. Se o queimarmos tem um cheiro especial, produto de proteínas e doutros produtos químicos que tem. O chifre não faz nada. Mas hoje por mais que grite ninguém me ouve, não acreditam vocês. Por isso não vou fazer asneira de lutar contra vocês nisso. Só vos digo que peguem teso na luta, que trabalhem muito, porque os filhos dos vossos filhos, já não vão acreditar nisso, se de facto cumprirmos o nosso dever em relação ao nosso povo, como deve ser».

"NÔ PINCHA" NA ILHA DO COMO

A população de Tombali arranca para a recuperação das bolanhas

(Continuação da 1.ª página)

tuitiram a contribuição dos «tugas», nos últimos anos da sua permanência no País, para a fertilização desta terra. E hoje a terra, está doente. Assim, tal como as cabeças precisaram do fermento da revolução para fazer germinar ideias novas no lugar dos velhos mitos, também a terra precisa de tratamento para poder florescer.

Região essencialmente produtora de arroz, muito do espaço cultivável encontra-se hoje sob o domínio nefasto das águas salgadas do mar que nele penetraram através dos rios e braços de oceano. Mãos fortes de homens e mulheres que há poucos anos pegaram em armas para expulsar o tuga, agarram hoje em enxadas e paus para expulsar este velho inimigo, o mar. Este esforço começa a ganhar forma muito precisa na ilha de Como, primeira porção libertada da Guiné-Bissau.

BARRAGEM DESTRUÍDA PARA QUE O POVO NÃO APROVEITASSE

Sulcada de rios que alimentam o seu solo, a ilha tem condições excelentes para o cultivo do arroz e foi, em tempos, um dos principais centros produtores deste cereal. Mas, para isso, foi necessário lutar contra a influência do oceano. A barragem do rio Uncómene, construída há cerca de 20 anos com o suor da população local, embora sob as ordens do colonizador — representado aqui pelo fascista Brandão, dono e senhor da ilha — foi a melhor solução. Graças a este empreendimento, a família Brandão pôde crescer consideravelmente a sua riqueza, vendendo o arroz que pagava a preços de miséria aos camponeses. E a administração colonial pôde aumentar a exportação do cereal para Portugal...

Mas é evidente que o Governo fascista português não mandou construir a barragem por amor do povo da Guiné «Portuguesa». A prova disso (como se fosse necessária...) surgiu, súbita e clara, no dia em que a aviação portuguesa bombardeou a construção, para que a população de Como, liberta do jugo colonialista, não pudesse beneficiar da sua existência. Do esforço insano dos guineenses que, durante a estação seca conseguiram erguer uma barragem com vários metros de comprimento, no ponto onde o rio é mais largo, só ficaram os robustos pilares. E a água salgada pôde descer livremente o rio, penetrando nas terras à sua volta e condenando-as a esterilidade.

Enquanto o povo se debatia com a guerra de libertação, a reconstrução da barragem era impensável. Hoje, ela faz parte do plano de reconstrução nacio-

nal e está em vias de concretização.

Mas, tal como a guerra de libertação não poderia ser ganha se não fosse a participação esforçada e consciente do povo, também a batalha da reconstrução, para ser vitoriosa, exige o empenhamento activo da população.

O regente agrícola João Falcão, do Commissariado da Agricultura, disse-o claramente ao responsável da área, camarada Tchambut Jagli:

«A população tem de pegar teso nos pequenos trabalhos de vedação dos braços de mar e nas obras de reconstrução da barragem. O Commissariado não pode pagar o envio de mão-de-obra de Bissau, para além dos técnicos especializados. O trabalho tem de ser essencialmente vosso».

Tchambut Jagli ouviu a explicação enquanto nos servia vinho

vão começar mobilizam-nas para um trabalho colectivo que, enquanto não atinge resultados económicos, tem, pelo menos, um significado político.

A reconstrução da barragem ficará para a próxima estação seca. Entretanto, técnicos do Commissariado das Obras Públicas, sob a direcção do engenheiro italiano David Distasi, cooperante das Nações Unidas, encarregam-se dos trabalhos preparatórios. Uma primeira prospecção do local prenunciou as dificuldades que vai ser necessário vencer para recuperar a barragem. Grande parte do trabalho só poderá ser executado nas horas da vazante, pois na maré cheia, o nível das águas quase atinge os seis metros de altura dos pilares. E na maré baixa o acesso ao local é difícil: as canoas deixam de poder movimentar-se e o transporte de trabalhadores e materiais só poderá ser feito pelas margens pantano-

tos diários. Por este mesmo lodo se arrastaram, erguendo-se de cada vez que tombavam, quando era necessário penetrar no mato para estudar as posições do inimigo, enviar mensagens, pedir socorro. Foi há uma dúzia de anos. Mas todos os habitantes de Como que então já tinham idade para reter os acontecimentos, conservam bem presentes na memória estes 75 dias de cerco e de fogo. E muitos deles guardam essa lembrança no próprio corpo, nas marcas das balas de fabrico europeu e americano despejadas em catadupas sobre as tabancas, a escola, o posto sanitário.

Os homens e mulheres de Como conhecem as dificuldades e os sacrifícios e ignoram o medo e a cobardia. Por isso, quando disseram que iam pegar teso no trabalho de reconstrução, esta afirmação tinha o valor de uma palavra de ordem.



«A recuperação das bolanhas abandonadas poderá contribuir decisivamente para melhoria de vida da população de Como»

de palma e disse serenamente: «Vamos pegar teso». Na manhã seguinte, depois de ter reunido a gente da sua tabanca e de ter percorrido a área para avisar a população das tabancas distantes, a sua afirmação tinha a força de uma certeza inabalável: «Vamos pegar teso».

Ficou assente que os pequenos trabalhos de vedação que não exigem estudos especiais nem transporte de materiais de fora vão começar imediatamente. Eles deverão estar concluídos antes da chegada das chuvas. É uma época boa, não só porque o nível das águas é agora baixo, mas também porque uma parte da população se encontra desocupada. Terminaram as colheitas e, até às próximas sementeiras, as pessoas costumam ocupar-se um tanto ociosamente da reparação das suas casas e das canoas, da caça e da pesca de pequenos animais que enriquecem a sua alimentação. As obras que

de palma e disse serenamente: «Vamos pegar teso». Na manhã seguinte, depois de ter reunido a gente da sua tabanca e de ter percorrido a área para avisar a população das tabancas distantes, a sua afirmação tinha a força de uma certeza inabalável: «Vamos pegar teso».

A MESMA CORAGEM COM QUE VENCERAM A BATALHA DE COMO

Mas os homens e mulheres de Como conhecem bem este tipo de problemas. Não os enfrentaram eles, mil vezes multiplicados, durante a guerra, e particularmente naqueles primeiros três meses de 1964, quando os «tugas», num esforço desesperado, assassino e inútil, tentaram expulsar dali o Partido?

Por este mesmo rio circularam então, enfrentando a morte, homens e mulheres corajosos que conseguiam iludir a vigilância do inimigo confundindo-se com o negro da noite. Nestas mesmas canoas iam buscar munições, alimentos, remédios para a população que resistia incansavelmente aos bombardeamen-

DEPOIS DA LIBERTAÇÃO A MELHORIA DA VIDA

Dirigindo-se aos militantes encarregados de mobilizar os camponeses para a luta de libertação, o PAIGC escrevia há alguns anos, de acordo com os ensinamentos de Cabral: «Nunca se esqueçam de que o povo não está a lutar por ideias, por coisas que existem na cabeça de alguém. Estão a lutar por benefícios materiais, para viver melhor e viver em paz, para ver as suas vidas andar para a frente, para garantir o futuro dos seus filhos».

Hoje, as populações rurais encontram-se mais politizadas. Na ilha de Como, não é por acaso que o Partido conta com cerca de 200 militantes.

No entanto, a luta dos seus habitantes continua a visar directamente a melhoria das suas condições de vida.

Sacrificados pela guerra, os

5 mil balantas de Como (de acordo com o recenseamento feito pelo Partido em 1973) ambicionam ver o seu dia a dia transformado, viver hoje melhor do que ontem e amanhã melhor do que hoje, aperceber-se de que a sua vida anda para a frente. Embora seja visível a satisfação pela expulsão do «tuga» pelo fim do trabalho forçado e das torturas (em memória das quais, e para que os mais novos saibam, se conserva, à entrada da ilha, o enorme tanque de ferro em que o comerciante Brandão assava os negros que não caíam nas suas graças), é também muito nítido, nas gentes de Como, o desejo de progredir.

Apesar da liberdade há vários anos, a ilha está repleta de problemas.

As suas principais carências são de ordem sanitária e de comunicações. Embora lá exista um posto sanitário, o pessoal de enfermagem é mais do que insuficiente. E, sobretudo, falta um médico. «Precisamos de um grande hospital e de uma maternidade», diz-nos o camarada Tchambut Jagli, pensando especialmente nas muitas doenças que vitimam as crianças e nas mulheres que parem os filhos na dor e no desconforto das palhotas. Mas o responsável da área sabe que não basta construir estas obras; é preciso destruir ainda muitos preconceitos da população que, habituada a contar consigo própria e com as suas mitologias, tem um sentimento natural de desconfiança perante a ciência e a técnica própria mulher grande da tabanca, camarada N'Tam Cida, que participou na guerra e nela perdeu três filhos, confirma que as mulheres de Como têm relutância em dirigir-se ao hospital quando sentem as perturbações da gravidez e as dores de parto. Aliás, apesar do importante papel que desempenharam na guerra, estas mulheres estão ainda a muitas léguas de distância da sua emancipação: é assim que ainda aceitam naturalmente a poligamia e o desprezo dos maridos, quando o trabalho e as sucessivas gravidezes as tonnam velhas e desengraçadas.

Ainda no aspecto sanitário, a população queixa-se de falta de medicamentos, especialmente para as crianças. Este problema inscreve-se nas deficiências gerais de abastecimento. Nas lojas do povo, quando há açúcar não há óleo e quando há óleo não há leite condensado ou sabão.

As deficiências no abastecimento, por sua vez, estão ligadas com a falta de comunica-

O problema angolano diz respeito a todos os povos da África

— CAMARADA CHICO TÉ, A UM JORNAL SOVIÉTICO

No seu primeiro número de 1976, o «Za Rubejom» («Além Fronteiras»), semanário da União dos Jornalistas da União Soviética, que é uma revista da Imprensa estrangeira, publica uma entrevista com o camarada Francisco Mendes, membro do CEL do PAIGC e Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado da República da Guiné-Bissau.

Publicada com grande destaque, juntamente com declarações de outras destacadas personalidades de todo o mundo (o Presidente da Finlândia, Yasser Arafat, Willy Brandt, Ramesh Chandra), a entrevista do camarada Chico Té, concedida em Bissau ao correspondente da Tass na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, German Alexeev, é acompanhada por uma fotografia e intitula-se «O Ano das Grandes Vitórias da África», referindo-se aos acontecimentos em 1975 e às perspectivas para o último quartel do Século XX.

Da extensa entrevista, transcrevemos algumas passagens mais significativas.

«O ano de 1975 foi o ano da derrocada completa do colonialismo português em África. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e, depois, Angola, proclamaram a sua independência. Pode-se chamar ao ano que passou, o Ano da África, cujos povos alcançaram uma grande vitória. Vimos nascer no continente jovens Estados, que acumularam durante longos anos de luta pela libertação uma grande experiência, graças à qual podem dar uma contribuição importante à resolução dos problemas que se põem actualmente perante os povos».

«Além disso, muitos países que se libertaram mais cedo do jugo colonial fizeram grandes esforços na luta comum para a consolidação da independência económica».

«Deste ponto de vista, nós classificamos o ano de 1975 como um ano de grande importância. No entanto, os povos da África têm ainda que resolver problemas muito difíceis».

«Nós somos testemunhas da intervenção estrangeira nos problemas internos do povo angolano, que luta pelo seu direito à liberdade e ao desenvolvimento independente. O problema angolano diz respeito directamente a todos os povos do continente. A intervenção directa dos países imperialistas apoiados por alguns países africanos, assim como a intervenção do regime racista da África do Sul, têm como fim impôr à jovem República o neocolonialismo. Os acontecimentos em Angola põem em perigo a independência de toda a África».

«Os países socialistas tiveram um grande papel, se não mesmo decisivo na luta dos povos africanos pela libertação nacional. Se as potências coloniais concederam a independência às suas antigas colónias, fizeram-no não de sua livre vontade, mas graças à existência do campo socialista, que se levanta resolutamente contra a dominação colonial».

«Pode-se recordar que a famosa «Declaração da Concessão da Independência» aos países e aos povos colonizados, foi adoptada em 1960 pela Assembleia Geral da ONU graças aos esforços dos países socialistas e, nomeadamente, da União Soviética. Antes da adopção desta Declaração, a luta pela independência nacional não tinha, se pode dizer, uma base legal e jurídica internacional. Com esta Declaração, ela teve a sua base jurídica, tendo o reconhecimento oficial da ONU — a mais alta instância internacional do nosso tempo. Assim, os países socialistas deram a sua contribuição política à luta pela libertação nacional».

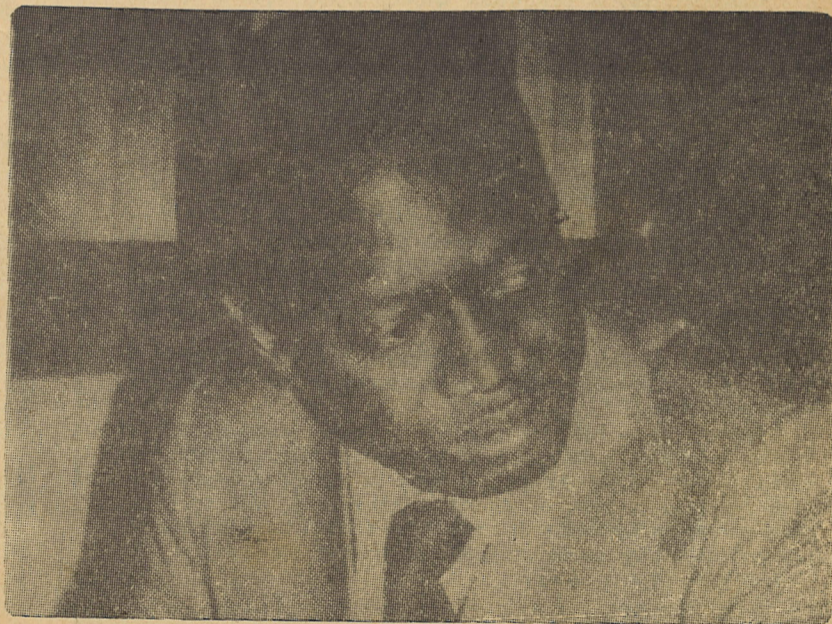
«Nós pudémos derrotar o colonialismo português graças ao apoio do campo socialista e, antes de tudo, da União Soviética, que nos deu uma ajuda material, assim como um apoio moral e político. Actualmente, o nosso povo está a levar a cabo uma nova fase da luta, que é ainda mais difícil e longa — a luta pela independência económica. Hoje, como ontem, há todas as razões para afirmar, que a ajuda dos países socialistas terá um papel mais importante ainda na construção económica do nosso país. Desenvolvemos com os países socialistas laços de cooperação, nomeadamente económicos, que têm uma grande importância para o nosso povo».

«Somos optimistas. Nós somos optimistas em tudo que diz respeito à África. Fazendo a comparação dos 25 anos passados com os que se seguem, pen-

samos que a situação do continente africano no último quartel do século XX vai ser diferente da actual. Nós consideramos que os governos, os povos africanos, apreciam, cada vez mais, com realismo, a situação no continente e o papel que a África pode ter na arena internacional. É verdade que muito depende



da unidade na acção. Os países africanos ligam as perspectivas do seu desenvolvimento à consolidação da solidariedade no seio da Organização da Unidade Africana. Nós pensamos, que o último quartel do século XX terá um papel decisivo na reafirmação da unidade, que se deve basear nos interesses de todos os povos e não de um grupo minoritário. Acreditamos assim, que na arena internacional, na ONU e noutras organizações internacionais, a África pode dar uma contribuição positiva considerável e influenciar de uma maneira positiva os destinos do mundo».



Este ano o Estado distribuiu à Região de Tombali 10 toneladas de sementes de arroz e 30 toneladas de amendoim

ções e transportes em condições. Dos Armazéns do Povo de Bissau, os produtos encontram dificuldades em ser escoados até Catió. De Catió, o transporte até à ilha é igualmente moroso.

Dentro da própria ilha, as comunicações são difíceis. Para alguém se deslocar de uma tabanca para outra, precisa de atravessar várias pontes improvisadas com tábuas frágeis sobre os rios ou atolar-se nos pântanos. Estas dificuldades provocam o isolamento das populações e prejudicam o trabalho político.

Tchambut Jagli diz-nos ainda que a ilha necessita de materiais para a reconstrução das habitações destruídas ou danificadas pela guerra ou pelo tempo e de sementes para incrementar a agricultura. Sementes não só de arroz, mas de plantas hortícolas. Os habitantes de Como querem e necessitam de melhorar a sua alimentação, que continua a ser à base de arroz, peixe, vinho de palma e cola.

UMA REGIÃO À ESPERA DE BRAÇOS HOJE DESOCUPADOS

A recuperação dos bolanhas abandonadas poderá contribuir decisivamente para a superação destas carências e para a consequente melhoria de vida da população de Como. Mas não só: deste trabalho vai beneficiar todo o País. A começar pela região de Tombali.

Esta é uma das regiões mais ricas da Guiné-Bissau, apesar dos reveses sofridos durante a guerra. A agricultura é a sua principal fonte de riqueza. O arroz a cultura preponderante, embora se note um esforço para diversificar a produção.

Este ano, o Estado distribuiu à região 10 toneladas de sementes de arroz e 30 toneladas de amendoim.

«A produção foi muito boa», diz-nos o camarada Alberto Abassana Só, responsável da Agricultura na região.

Segundo este camarada, os resultados agrícolas devem-se especialmente «ao clima de paz

que reina agora», acrescido do aumento dos preços no produtor.

Poderá a produção vir a atingir o nível de antes da guerra, dentro de poucos anos? O responsável agrícola de Tombali está consciente dessa possibilidade. As condições necessárias para que isso aconteça são, a seu ver, a vedação dos rios e a intensificação do trabalho político. A este respeito, revelamos: «Temos feito reuniões de crítica e auto-crítica. Ao mesmo tempo, tentamos dinamizar a população, de forma a que esta participe activamente na reconstrução nacional».

O camarada João Falcão, do Comissariado da Agricultura, junta a estas mais duas condições para a produção aumentar, melhorar de qualidade e se diversificar dentro das limitações técnicas existentes: uma selecção mais cuidada das sementes e o encaminhamento para o campo de mão-de-obra que actualmente vegeta a volta dos centros urbanos, para onde fora atraída pelos colonialistas e dos quais herdou vícios que necessitam ser extirpados. A mobilização destas pessoas, hoje improdutivas, poderá contar muito para o desenvolvimento das granjas do Estado. Em Catió, capital de Tombali, existe uma granja, onde crescem bananeiras, palmeiras e ananases e diversas plantas hortícolas e florescem viveiros de citrinos e coqueiras. A granja tem um papel importante na qualidade da alimentação da gente de Catió. Mas ainda mais importante é o seu contributo como modelo em que os agricultores privados se inspiram para melhorar as suas culturas, já que as possibilidades de assistência directa são muito escassas.

«Vamos reforçar os nossos contactos com os agricultores e com outras entidades da região, a fim de termos melhor colaboração, para uma maior produtividade», assegura-nos o camarada Alberto Abassana Só.

Nô Pintcha, camaradas! O País precisa de entusiasmo e obras!

REVELA O CAMARADA VICTOR SAÚDE MARIA

Auxílio do Ghana à Guiné-Bissau

A República do Ghana decidiu dar-nos uma ajuda financeira, apesar das suas dificuldades revelou o camarada Victor Saúde Maria, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros ao regressar ao nosso País, após demorada ausência no estrangeiro.

O camarada Vitor Saúde Maria participou, primeiro, na reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, preparatória da cimeira de Chefes de Estado; assistiu, depois, à cimeira, integrado na delegação chefiada pelo camarada Presidente Luiz Cabral, posto o que seguiu para o Ghana.

«Esta minha visita ao Ghana»; disse o camarada Vitor Saúde, «foi mais para reforçar as nossas relações existentes há muitos anos. Tive oportunidade de ser recebido pelo chefe do Estado do Ghana e tive contactos com vários Ministros onde discutimos o problema de relações entre os nossos dois países e também a situação em Angola e o que devemos fazer para que os outros países reconheçam a República Popular de Angola.»

«CONSEGUIMOS MANTER A O.U.A.»

Embora a reunião da OUA já esteja um bocado distante e,

inclusive, tinha sido tratada exaustivamente nas colunas do «Nô Pintcha», pedimos ao camarada Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros a sua opinião sobre os resultados conseguidos. Disse-nos:

«Tivemos que trabalhar noite e dia para encontrar uma solução, pois não aceitamos a condenação dos países africanos que ajudam o Governo de Angola, contra a agressão imperialista.

Não podemos considerar essa reunião como um fracasso porque o inimigo da África, através deste problema angolano, queria dividir a Organização da Unidade Africana. Conseguimos manter a OUA e isso é uma grande vitória. Os «líders» africanos mostraram a sua maturidade política e procuraram não tomar nenhum compromisso e estudar mais à frente, fazer um trabalho como deve ser e preparar melhores condições para voltarmos a reunir, no caso esta agressão continuar em Angola. É claro que a situação em Angola depende do terreno. Não podemos contar muito com a OUA mas sim com o trabalho que os nossos irmãos do MPLA, estão a fazer no terreno para liquidar essa agressão. A ajuda que a OUA possa dar, é uma ajuda suplementar. Os países que estão a ajudar o MPLA, devem ajudar directamente e dar todos os meios necessários ao MPLA para de facto fazerem face a esta agressão imperialista da África do Sul».

FUTEBOL

PRIMEIRA DERROTA DO TÊNIS NO CAMPEONATO NACIONAL

— O Benfica continua à frente

Pela primeira vez neste campeonato nacional, a «Estrela Negra» de Bolama somou dois pontos ao derrotar, no domingo à tarde, em Gabú, o Desportivo local, por 3-2.

Tal proeza, no entanto, não serviu para o tirar do último lugar da classificação, onde se encontra juntamente com o Atlético de Bissorã.

A segunda surpresa da jornada foi a inesperada derrota por 1-4 que os Balantas de Mansoa sofreram em casa, perante a equipa da UDIB. Os autores dos golos udienses foram, Barreto (3) e Baba (1).

No sábado à noite, o Sporting de Bissau bateu o Ténis Clube por 2 a 0. Nos restantes jogos, no interior do País, realizados no domingo à tarde, apuraram-se os seguintes resultados: Farim 1 — Cantchungo 1; Bafatá 3 — Bula 1; Tombali 0 — Benfica 2 e final-

mente, em Bissau, à mesma hora, o Ajuda Sport bateu o Bissorã por 4 a 0.

Depois desta jornada, a classificação ficou como segue:

	J.	V.	E.	D.	F.	C.	P.
BENFICA. ...	7	4	3	0	16	4	11
UDIB	6	5	0	1	25	8	10
Sporting	6	4	2	0	10	2	10
Bafatá	7	5	0	2	16	11	10
Ajuda	7	3	3	1	11	6	9
Ténis	6	3	2	0	9	5	8
Balantas	7	2	3	1	9	10	7
Cantchungo	7	2	2	3	12	10	6
Farim	7	2	2	3	11	9	6
Bula	7	2	1	4	9	15	5
Tombali	6	1	2	3	8	15	4
Gabú	7	2	0	5	7	13	4
Bissorã	7	1	0	6	8	19	2
Bolama	7	1	0	6	8	28	2

DOS LEITORES

A favor do aborto assistido

Da leitora Quinta Djassi recebemos uma longa carta a favor do aborto legal e assistido pelo médico. A carta, pela seriedade com que aborda o delicado assunto e por levantar uma questão pertinente, uma vez que a contracepção não está suficientemente divulgado entre nós, justifica a publicação.

Mas antes de entrar no assunto da carta propriamente dito, a camarada leitora fala da secção «Dos leitores» e fala do nosso jornal. Diz ela:

«Camarada Director:

«Permita-me que antes de entrar no assunto que me levou a dirigir-lhe esta carta, para a publicação no jornal que dirige, que lhe apresente os meus respeitosos cumprimentos. Ao mesmo tempo aproveito a oportunidade para o felicitar, assim como todos os camaradas que aí labutam dia a dia, para melhorarem esse vosso e nosso jornal».

«Não imagina o orgulho que eu senti, quando soube no jornal n.º 100, que a maioria dos elementos que combatem nessa importante frente de informação, são filhos da nossa terra e com a colaboração preciosa dos camaradas jornalistas portugueses».

«Pois informação é a maior arma que temos neste momento para desmanchar passo a passo, as campanhas caluniosas dos nossos inimigos e destruir, banir definitivamente, os malefícios dos colonos».

«O meu minúsculo português, levou-me a hesitar muito em dirigir-lhe esta carta à «Secção dos Leitores», por não poder expressar as minhas ideias claramente como era o meu desejo, mas lembrei-me deste provérbio, «quem se engana, aprende». Esta secção é utilíssima, pois ela permite, nos os leitores participarmos activamente no nosso jornal, expondo as nossas ideias ou pontos de vista».

Depois, entra-se no assunto de fundo da carta, começando a leitora por censurar os que exigem das mulheres «que elas dêem luz todos os filhos que puderem, sem contudo, verem as condições em que essas crianças vêm viver na terra. Pois as condições de vida hoje em dia no mundo, exigem uma regularização de nascimento. Entendo eu que é preferível termos três filhos, que podemos criar e viverem decentemente como ser humano, de que meia dúzia deles, à quem não podemos dar aquela educação necessária, passando uma vida miserável durante a sua existência».

Considerando a camarada Quinta Djassi que o aborto clandestino tem consequências dramáticas pelas vítimas que provoca e as lesões graves que não raro deixam nas mulheres, referindo também a insuficiente divulgação dos contraceptivos, se adverte os que julgam que a mulher «só tem a função de procriar negando-lhe a vida em pé de igualdade com o homem, seu companheiro inseparável, e uma vida sexual satisfatória, em que o acto sexual faça parte da vida como o comer e o dormir».

«O aborto não é um método anticoncepcional ideal» — diz a carta. «Mas livra muitas das nossas mães e os filhos das mães solteiras do traumatismo psicológico e humilhação perante o mundo ingrato. Esses filhos que os companheiros chamam na escola de incógnitos ou bastardos (filhos de ba-teja».

A nossa leitora conclui a sua carta chamando a atenção para outro ponto: as consequências dos sucessivos partos na mulher africana:

«Estas consequências são ainda mais dramáticas na mulher africana, pois sabemos que ela tem um pesado trabalho e uma má alimentação e sofre de envelhecimento precoce devido a excesso de partos a que é obrigada. As repetidas gestações baseadas nos conceitos tradicionais que transformem a mulher numa máquina de procriar, minam-lhe não só a saúde como a energia».

Comité do Bairro 24 de Setembro reuniu com militantes

Realizou-se na tarde do passado sábado, na sede do Comité do Bairro 24 de Setembro, uma importante reunião de esclarecimento político em que tomaram parte os camaradas Adolfo Julião de Barros, responsável político pela organização do Partido no sector de Bissau, Ana Maria Cabral, responsável dos Assuntos Sociais, Manuel Boal, Secretário-Geral do Comissariado de Saúde e vários militantes do Partido e muitos militantes do Bairro.

Começaram por falar os camaradas João Lobo de Pina, Adolfo Julião de Barros e Agnelo Regalla respectivamente presidente do Co-

mité do bairro 24 de Setembro, responsável pela organização do Partido neste sector e representante da JAAC, para abordarem os temas «Qual o significado do Partido e qual a posição que defende o nosso Partido, PAIGC» e «Qual o papel fundamental de cada militante na luta de reconstrução nacional».

Seguidamente, os camaradas Manuel Boal, Ana Maria Cabral e Armando Cruz, este último do Comissariado de Justiça, tomaram a palavra para encorajar os membros do Comité daquele bairro a darem o maior esforço no sentido de levarem para a frente a tarefa a que se impuseram, tarefa que consiste em conseguir a máxima colaboração de todos os habitantes nos trabalhos do Partido. Também se fez referência ao número cada vez maior de participantes nas reuniões que se vêm efectuando no Comité, o que é muito encorajador para organização que está a dar os primeiros passos, no sentido de poder englobar no seu seio todos os habitantes do bairro.

Intervindo nos debates, um nosso compatriota residente em Abidjan, defendeu que se deve dar maior importância à qualidade dos participantes nos trabalhos políticos do que à sua quantidade. «Os melhores resultados são conseguidos por aqueles elementos válidos que, mesmo em número reduzido, são capazes de dedicar todo o seu esforço no sentido de levar para a frente a tarefa em que todos os dignos filhos desta terra devem participar», disse ele.

Finalmente falou um convidado português. Luís Moita, do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial), que era acompanhado por uma outra militante da mesma organização portuguesa, Luísa Teotónio Pereira. Aquele camarada, após referir-se a alguns pontos discutidos durante a reunião, salientou as vitórias já alcançadas pelo nosso País, neste primeiro ano após a independência, afirmando que todo o mundo tem os olhos postos em nós e que por isso devemos fazer todo o esforço no sentido de levar avante as tarefas em que estamos todos empenhados.

CURSINO FORTES EM LISBOA

LISBOA (ANOP) — Alertando para o perigo dos jornais se tornarem depositários de boatos, o Embaixador de Cabo Verde à sua chegada a Lisboa, lembrou a influência que eles tinham sobre a opinião pública da comunidade caboverdiana em Portugal, que é superior a quarenta mil pessoas.

Referindo-se às notícias postas a circular por órgãos de in-

formação portuguesas, que denigrem as realidades de Cabo Verde, o camarada Cursino Fortes afirmou que não comentaria boatos.

Acrescentou ainda que a campanha que tem sido desencadeada contra Cabo Verde não tem origem «no seio dos caboverdianos, aqui ou em Cabo Verde. Sabemos que isso é uma orquestração que tem a batuta muito mais longe».



Um aspecto das cerimónias que assinalaram o 20 de Janeiro em Mansoa

A doença do sono no continente

GENEVA (AFP) — A tripanossomíase ou «doença do sono», parece regressar a África, indicam as estatísticas publicadas na sexta-feira em Genebra pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O maior número de doentes foi registado em 1970 (9140), e a doença parece ter regressado regularmente, uma vez que se notificaram 2 551 casos em 1974. Mas a OMS assinala que nos 35 milhões de pessoas expostas a esta doença, «a maior parte não está submetida a nenhuma vigilância regular».

A causa principal causa da transmissão da doença deve-se, segundo a OMS, as migrações massivas, como aquela que se deu em 1973 depois da seca que atingiu a zona do Sahel. A OMS aconselha os Governos a lutarem contra os insectos que propagam a doença, mas reconhece que esta luta através de insecticidas é muitas vezes difícil, sempre onerosa e, por vezes, impossível.

Idi Amin Doutor

KAMPALA (AFP) — O marechal Idi Amin Dada, do Uganda, é desde domingo doutor «honoris causa» e doutor em Direito.

Este título foi-lhe concedido pela Universidade Makerere de Kampala. Durante a cerimónia de entrega de diploma, o decano da Universidade, John Bikangaga, declarou que o Chefe de Estado ugandês «arriscou a sua vida para restaurar os direitos do povo ugandês e manter estes direitos face à imensa pressão imperialista».

Bikangaga acrescentou que em cinco anos de governo, o presidente Amin tornou-se um porta-voz da África e um ardente defensor dos povos oprimidos.

ONU: Condenação da agressão racista

NOVA YORK (TASS) — O comité especial da ONU contra o «apartheid» condenou enérgicamente a intervenção militar do regime racista da República Sul-Africana contra a República Popular de Angola. Numa declaração publicada em Nova York, este acto de agressão não dissimulado é classificado de grave ameaça à paz e à segurança internacionais.

A declaração cita factos concretos testemunhando de uma maneira irrefutável o crescimento do potencial militar sul-africano com a participação directa do bloco militar da OTAN, da mobilização de milhares de novos reservistas, os planos de uma nova escalada das operações agressivas do regime racista contra Angola.

O comité especial contra o «apartheid» lançou aos governos de todos os países membros da ONU um apelo imperioso para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para garantir a retirada incondicional das tropas sul-africanas do território angolano. O comité pediu também para que sejam apoiados os esforços da comunidade internacional e da organização popular da Namíbia, a SWAPO, visado fazer cessar a ocupação ideal daquele território pelas autoridades racistas.

Tendo classificado a política do «apartheid» de crime contra a humanidade, o comité especial exigiu a concretização, sem demoras, das resoluções apropriadas das Nações Unidas sobre a concessão da liberdade e da independência à população da África do Sul e sobre a extirpação do odioso sistema de discriminação racial e do «apartheid».

O.U.A.

Terminou na capital moçambicana a reunião do Comité de Libertação

LOURENÇO MARQUES (AFP) — O Comité de Libertação da OUA realizou na sexta-feira à tarde e sábado de manhã a sua sessão de encerramento exprimindo a esperança que «possa brevemente reunir-se em Pretória ou em Johannesburg».

Este desejo, todavia, não tinha nada de comum com a hipótese avançada recentemente nos círculos oficiais sul-africanos que a África do Sul poderia um dia fazer uma proposta de candidatura à OUA.

Formulado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, que presidiu à sessão de encerramento, este voto traduzia simplesmente o sentimento dos 150 delegados do Comité de Libertação, reunidos desde 19 de Janeiro na capital de Moçambique, de que os países Racistas da África Austral, a saber a África do Sul e a Rodésia, sejam brevemente «libertados».

O Comité de Libertação da OUA tinha escolhido Moçambique, país da África Austral tornado independente em Junho de 1975, para realizar as suas sessões anuais em 1976.

150 delegados de dezoito países da OUA e representantes de nove movimentos de libertação africanos — entre os quais o «African National Congress» (ANC), fora da lei na África do Sul, o «African National Council», da Rodésia (tendência do arcebispo Abel Muzorewa e do reverendo Ndabaningi Sithole) e a SWAPO, da Namíbia, tinham tomado parte nos trabalhos iniciados na segunda-feira passada sob a presidência do Chefe de Estado moçambicano, Samora Moisés Machel.

No fim da sessão da noite de sexta-feira, que se concluiu na manhã de sábado, Joaquim Chissano pronunciou o discurso de encerramento, sem que da reunião do Comité tivesse saído um texto formal de resoluções.

«A vossa presença aqui traz-nos coragem e reconforto na nossa luta e reforça a nossa determinação de prosseguir a luta pela libertação total de Moçambique», declarou o Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros.

«É apenas desta maneira que Moçambique poderá transformar-se numa autêntica base para a libertação do resto da África», acrescentou ele.

«Esta determinação, assim como a nossa unidade, permitirá realizar brevemente uma reunião como esta, não importa em que parte da África Austral, seja na Namíbia, no Zimbábue, ou na África do Sul», prosseguiu Joaquim Chissano.

Ele concluiu o seu discurso afirmando: «Os dias do racismo sul-africano estão contados, assim como de todos os regimes racistas. Graças à vitória dos nossos povos, não está longe o dia em que nós nos poderemos reunir livremente em Pretória ou em Johannesburg».

ESPAÑA

Mantêm-se as bases americanas

MADRID (AFP) — Após 14 meses de negociações, a Espanha e os Estados Unidos assinaram no sábado, em Madrid, um tratado bilateral de amizade e de cooperação, de cinco anos, que deverá ser ratificado por dois terços do Senado americano e pelas cortes espanholas.

Este tratado, particularmente detalhado, pois contém 32 páginas, não comporta, afirmaram Henry Kissinger e José Maria de Areilza, nenhuma cláusula secreta.

O Secretário de Estado americano e o Ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, assinaram, no Palácio de Santa Cruz, o documento, em nome dos seus Governos. O tratado mantém a presença americana nas quatro bases que os Estados Unidos dispõem desde 1953, em solo espanhol. Em contrapartida, a Espanha recebe uma ajuda militar e económica generosa, representando em donativos e créditos 1 222 000 000 dólares, ou seja, o dobro da ajuda prometida pelos Estados Unidos antes da morte de Franco.

O seu significado político mais claro, declarou o Ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, é que os Estados Unidos «dão o seu apoio à nova monarquia espanhola e ao regime que sucedeu ao do general Franco».

O novo tratado prevê que todos os submarinos nucleares americanos terão de abandonar a base naval de Rota, no Atlântico, antes de Julho de 1979.

«Nós deixaremos de ser assim, o inimigo potencial que temos sido para os países do pacto de Varsóvia, e a Espanha não será futuramente o alvo obrigatório destas potências, em caso de conflito», declarou Areilza a jornalistas espanhóis. O acordo dos Estados Unidos a esta cláusula só foi dado na

Mensagem de Nyerere

DAR-ES-SALAAM (AFP) — O ministro tanzaniano dos Negócios Estrangeiros, Ibrahim Kaduma, deixou Dar-Es-Salaam, para se dirigir a Lagos, Free-town e Luanda, portador de mensagens do presidente tanzaniano, Julius Nyerere.

Kaduma remeterá estas mensagens aos chefes de Estado dos três países.

noite de quinta para sexta-feira, após uma diligência de Robert McCloskey, negociador americano auxiliar de Kissinger, em Bruxelas.

Eleições gerais no Vietname

MOSCOVO (TASS) — A imprensa vietnamita publicou uma informação dizendo que as eleições gerais para a Assembleia Nacional do Vietname unido, terão lugar a 25 de Abril deste ano. Um organismo supremo do poder será constituído em todo o país, a seguir às eleições. Ele definirá o sistema político do estado, formará os organismos directores, adoptará a nova constituição do Vietname unido, determinará o nome do país, as armas, a bandeira, o hino e a capital.

As eleições gerais são um ponto concreto do programa de conclusão da reunificação do Vietname, sobre o plano nacional que é realizado conforme a vontade e as aspirações de 45 milhões de Vietnamitas. O povo heróico lutou durante anos para realizar o sonho que foi formulado por Ho Chi Minh, grande filho do povo: «O Vietname deverá ser independente livre e unido, na base do socialismo». Hoje este sonho torna-se realidade.

Realizando as eleições o Vietname ultrapassará, conseqüentemente, as dificuldades que resultam da guerra, obtém resultados concretos no restabelecimento do país, na estabilização da vida, no desenvolvimento da economia e da cultura. O povo está persuadido que a reunificação do país multiplicará a sua energia e assegurará, contando com a ajuda desinteressada da URSS e de toda a comunidade socialista, novos sucessos no trabalho pacífico à escala nacional. Eis a razão pela qual o povo, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, concentra as suas forças para a edificação de um estado livre e próspero.

A reunificação do Vietname, que trouxe a sua contribuição à luta para a afirmação dos direitos dos povos a um desenvolvimento e à paz, tem um grande significado internacional. O povo vietnamita, que tem agora a inteira possibilidade de se consagrar à obra criadora, está vitalmente interessado na paz. Partindo dos seus objectivos pacíficos, o Vietname apoia os esforços dos povos do sudeste asiático para viverem nas condições de paz, de independência e da cooperação entre os estados desta região, e declara-se pronto a estabelecer com eles a cooperação nos diversos domínios, na base da igualdade, das vantagens recíprocas e da coexistência pacífica.

CONTRA O «APARTHEID»

NOVA YORK (TASS) — Foi fixada para 21 de Março próximo, uma jornada internacional para a liquidação da discriminação racial. Esta decisão foi tomada pelo Comité «Ad Doc» da ONU contra o «apartheid». Realizar-se-á nessa ocasião, na sede das Nações Unidas, em Nova York, uma reunião especial do Comité.

O Comité decidiu igualmente organizar, em Havana, capital de Cuba, de 24 a 28 de Maio, próximo, um seminário internacional para a extirpação do «apartheid».

EXITOS DA POLISÁRIO

ARGEL (A.F.P.) — «Ain Ben-tili, a maior guarnição mauritana na fronteira nordeste, caiu e a bandeira da Frente POLISÁRIO flutua ali há 24 horas», anunciou na sexta-feira à tarde, um comunicado especial publicado em Argel, pela Frente POLISÁRIO.

O comunicado acrescenta que «mais de 150 soldados mauritanos foram mortos durante o assalto. Foram feitos prisioneiros 32. Em Farsya, 10 blindados foram destruídos e cem soldados marroquinos são prisioneiros da POLISÁRIO».

«Dois aviões marroquinos foram abatidos nestas últimas 24 horas», acrescenta, ainda, o comunicado.

PORTUGAL: ATENTADOS TERRORISTAS

LISBOA (A.F.P.) — A vaga de atentados à bomba contra militantes e sedes de partidos de esquerda, registada até agora, sobretudo no norte de Portugal, parece ter atingido a capital portuguesa: às primeiras horas de sábado, um engenho explosivo de grande potência, destruiu completamente, em Lisboa, o automóvel de um militante do Partido Comunista.

Na noite de quinta para sexta-feira, uma carga de dinamite tinha já destruído, em Miraflores nos arredores de Lisboa, a viatura do José Viana, actor de teatro e militante do Partido Comunista.

AUXÍLIO AMERICANO AO GOVERNO PORTUGUÊS

LISBOA (A.F.P.) — Arthur Hartmann, assistente do Secretário de Estado Americano, Henry Kissinger para os Negócios Europeus, chegou no domingo a Lisboa para uma visita de três dias, a Portugal, durante a qual terá conversações com os dirigentes lusitanos.

Os principais pontos abordados pelo assistente de Kissinger e os seus interlocutores portugueses, devem ser a ajuda económica dos Estados Unidos a Portugal, a situação política interna portuguesa e o problema de Angola.

MORREU PAUL ROBESON

NOVA YORK (TASS) — Paul Robeson, notável cantor e actor negro, eminente personalidade dos Estados Unidos da América, morreu em Filadélfia, com 77 anos de idade. A sua luta pertinaz pelos direitos civis dos negros, para o reforço da paz no mundo, teve o reconhecimento, não só nos Estados Unidos, mas também em outros países.

Paul Robeson foi laureado com o Prémio Lenine Internacional «pelo reforço da paz entre os povos».

EXECUÇÕES NO SUDÃO

KARTUM (TASS) — Seis promotores do golpe de estado falhado, em 5 de Setembro último, foram executados no Sudão. O tenente-coronel Hassan Hussein Osman e os seus cinco parceiros tinham sido condenados à morte pelo supremo tribunal de segurança.

Esta comunicação foi feita pelo Estado-Maior General do Exército sudanês.

Adeus sem lágrimas de Lumumba

«Durante toda a luta pela independência do meu país, nunca duvidei nem por um instante do triunfo final da sagrada causa a que eu e os meus companheiros devotámos as nossas vidas», escreveu Patrícia Lumumba, numa carta dirigida a sua mulher poucas horas antes de morrer às mãos dos seus adversários políticos, os mesmos que hoje fazem do Congo Belga uma terra à mercê das forças imperialistas.

Quinze anos se completaram no dia 17 de Janeiro sobre esse bárbaro assassinato que encheu de indignação o mundo progressista e deixou o Congo e a África mais pobres.

De anónimo funcionário dos correios, Lumumba ascendeu a dirigente do Movimento Nacional Congolês e a primeiro-ministro da República Democrática do Congo, Nacionalista nas palavras e nos actos, defendia incansavelmente uma vida de independência total e completa para o seu país. Foi isso que o imperialismo não lhe perdoou. E na própria terra de Lumumba, o imperialismo encontrou mãos suficientemente criminosas e mentes suficientemente corrompidas para o matarem.

Mas o seu exemplo persiste. Enriquecidas pelas experiências vividas nesta década e meia no Continente Africano, as suas ideias hão-de um dia romper a mordaca e germinar num Congo (hoje Zaire) verdadeiramente livre. Como o próprio Lumumba escreveu, a terminar o «Adeus sem Lágrimas» a sua mulher: «Eu sei que o meu país, que está a sofrer penosamente, saberá como defender a sua independência e a sua liberdade».

ANGOLA

O povo manifesta a sua coesão com as Forças Armadas

LUANDA (TASS) — A potência e a moral das Forças Armadas da República Popular de Angola, reforçam-se na luta contra a ingerência imperialista. A intervenção estrangeira obriga o Governo da jovem República a velar pela construção militar e, especialmente, pela formação dos quadros militares e pelo equipamento das Forças Armadas com técnicas activas.

Neste contexto, a resolução do Bureau Político do MPLA de fundar uma Academia Militar marcou um passo importante nessa via. A Academia acolherá os representantes dos trabalhadores de Angola que estão ligados à obra da luta por uma vida nova.

A organização das Forças Aéreas testemunha novamente a atenção que o Governo da RPA e a direcção do MPLA consagram aos problemas do reforço da capacidade de defesa da República.

Milhares de habitantes da capital angolana reuniram-se num «meeting», que se realizou no aeródromo de Luanda, para participar na festa do Dia da Aviação. A festa transformou-se numa importante manifestação de coesão do povo angolano e das suas Forças Armadas.

Iko Carreira, ministro da Defesa da RPA, falou perante a

assistência, para fazer sobressair a ligação estreita que une, na hora actual, a retaguarda e a frente. «O povo de Angola — disse — está unido na luta para expulsar os interventionistas e os traidores». A República dispõe, na hora actual, de todos os tipos de Forças Armadas: forças terrestres, aéreas, assim como a frota naval, sublinhou o ministro.

Agostinho Neto, presidente da República, também falou, tendo declarado que a República continuaria a lutar até à vitória final para ascender à libertação nacional e instaurar o poder do povo. Nenhum acto do imperialismo internacional e dos seus fachoques poderá impedir a marcha vitoriosa dos patriotas angolanos, sublinhou.

JOSÉ EDUARDO EM MOSCOVO

MOSCOVO (TASS) — O desenvolvimento feliz da cooperação entre o PCUS e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi constatado no decorrer de uma reunião, que teve lugar na sede do Comité Central do PCUS.

Boris Ponomarev, membro suplente do Bureau Político e secretário do Comité Central do PCUS, e Ivan Arkhipov, vice-presidente do conselho de ministros da URSS, receberam uma delegação da República Popular de Angola, chefiada por José Eduardo dos Santos, membro do Bureau Político do Comité Cen-

tral do MPLA e ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em nome da direcção do MPLA e do povo angolano inteiro, o chefe da delegação exprimiu ao PCUS e ao povo soviético o seu profundo reconhecimento pela ajuda variada e desinteressada que a União Soviética deu à República Popular de Angola na sua justa luta pela liberdade e independência.

A delegação angolana foi informada da solidariedade dos soviéticos com a luta em que os patriotas da República Popular de Angola estão engajados contra a agressão das forças imperialistas.

Ambas as partes confirmaram a sua vontade em alargar ainda mais as relações amigáveis, em reforçar a solidariedade e a amizade entre os povos da URSS e da República Popular de Angola.

José Eduardo dos Santos entregou uma mensagem de Agostinho Neto, presidente do MPLA e da RPA, a Leonid Brejnev, Secretário Geral do Comité Central do PCUS.

Nesse mesmo dia, Ivan Arkhipov recebeu José Eduardo dos Santos. As questões de interesse mútuo foram revistos no decurso dessa reunião, que se desenrolou num clima de amizade e de cordialidade. José Eduardo enviou uma mensagem de Agostinho Neto a Alexei Kossyguine, presidente do conselho de ministros da URSS.

LÍBANO

Em vigor o cessar-fogo

BEIRUTE (AFP) — Esgotados por uma guerra fraticida de nove meses e meio, os libaneses têm agora uma grande esperança de ver o seu pesadelo terminar nesta semana.

Esta esperança nasceu do acordo estabelecido no domingo e que deixa prever o restabelecimento da ordem e o regresso à calma a partir de 27 de Janeiro, dia em que todos os aspectos militares (elementos armados, barragens e fortificações) deverão ter desaparecido de Beirute e de todas as outras regiões do país.

O acordo, cujo texto foi lido à Imprensa pelo primeiro-ministro Rachid Karame, prevê, por outro lado, a reabertura à circulação de todas as estradas, o que significa implicitamente a retirada dos blocos impostos pelos milicianos falangistas e seus aliados aos dois campos palestinos de Tall Zaatar e de Jisr El Bacha, desde o início do mês.

Tanto Camille Chamoun, ministro do Interior e líder do Partido Nacional Liberal, como Pierre Gemayel, chefe dos falan-

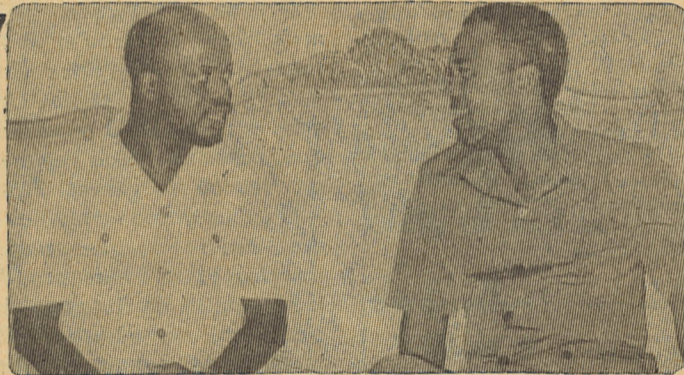
gistas libaneses, qualificaram de «excelentes» as conversações que tiveram com os três emissários sírios. «Se todas as cláusulas dos acordos forem executadas e aplicadas à letra poderá refazer-se a unidade do país e reconstruir-se tudo que foi destruído», declarou Chamoun.

NORMALIZAÇÃO

BEIRUTE (TASS) — O clima na capital libanesa e no resto do país está em vias de normalização. Não se assinalaram violações do cessar-fogo. A maior parte das estradas que conduzem à capital estão abertas ao trânsito. A circulação nas ruas da capital tornara-se intensa.

Um entendimento foi estabelecido sobre o programa especial de 48 horas prevendo a normalização da situação em Beirute. Projecta-se proceder à demolição das barricadas e à evacuação de Beirute de todos os grupos armados.

O aeroporto internacional de Beirute funciona normalmente.



Embaixador da Gâmbia e do Egipto apresentaram credenciais

O camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado recebeu as credenciais dos embaixadores da Gâmbia e do Egipto, respectivamente, Omadi Ansumane Djarra e Ahmed Abdel-Kader El-Molla. As cerimónias, separadas, decorreram no Palácio da Presidência, no último sábado, estando o camarada Presidente acompanhado pelos camaradas Carlos Correia e Victor Saúde Maria, ambos membros do CEL do Partido e Comissários das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, e pelos camaradas Abubacar Turé, Director-Geral dos Negócios Estrangeiros e Alexan-

dre de Carvalho Chefe do Protocolo da Presidência. O embaixador da Gâmbia afirmou, na circunstância, que não se poupará a esforço «para estreitar os laços seculares existentes entre os nossos dois países e que são de natureza étnica, cultural e económica». Por seu turno, o embaixador do Egipto comparou a luta dos nossos dois povos que «pertencem ambos à África, alcançando ambos a sua liberdade após uma luta dura e difícil contra o colonialismo. Agora estamos engajados numa luta comum para o desenvolvimento a paz e a prosperidade».

AGOSTINHO NETO SUBLINHA A AJUDA DOS PAÍSES DE LESTE

BUDAPESTE (A.F.P.) — A maior parte da assistência que o povo angolano recebeu até agora, provém dos países do Leste, declarou Agostinho Neto, dirigente do MPLA, no decurso de uma intervenção dada à televisão húngara e difundida em Budapeste.

Agostinho Neto declarou, por outro lado, a respeito da situação militar, que esta se encontra num contexto favorável à República angolana. «A maior parte das regiões do Norte, do Este e do Centro do país, disse, foram libertadas, enquanto que o inimigo foi igualmente «esmagado» no Sul e a Oeste».

Falando sobre a recente conferência de Addis-Abeba, o dirigente do MPLA afirmou que tinha sido benéfica para o povo angolano. «Muitos países reconheceram-nos depois», acrescentou.

Agostinho Neto indicou, enfim, que foram efectuados progressos consideráveis em Angola no domínio político, enquanto que no plano económico vários sectores foram reorganizados e a produção avançou efectivamente.

«COMLOT» NO PANAMÁ

PANAMÁ (TASS) — Um comunicado oficial publicado no Panamá, informa sobre o fracasso de um «complot» anti-governamental tramado por um grupo de grandes proprietários. A tentativa de alguns representantes do sector privado do Panamá, de sabotar a economia e de perturbar a ordem pública não encontrou apoio nos meios dos negócios, nem entre a população, sublinha o comunicado.

Os conspiradores não conseguiram organizar uma manifestação de trabalhadores contra a política do Governo presidido pelo general Torrijos.

INAUGURADA A CONFERÊNCIA DOS 77

MANILA (AFP) — A Conferência dos «77» (grupo dos países em vias de desenvolvimento representados nas Nações Unidas) abriu em Manila, nas Filipinas.

Cerca de 700 delegados, de 106 países africanos, asiáticos e latino-americanos, participam nesta Conferência.

Só os altos funcionários estarão presentes durante a primeira semana. Eles prepararão a vinda dos ministros, que chegarão a Manila a 2 de Fevereiro.

A Conferência começou com reuniões de grupos regionais (grupos africanos, asiáticos, latino-americanos).

Os altos funcionários estudarão, nomeadamente, os documentos que forem postos por cada grupo, quando se realizarem as conferências ministeriais regionais, nos fins de Dezembro e princípios de Janeiro.